

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM

REPUBLICAÇÃO - RGF JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 338893
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.907.976,77	
Pessoal Ativo	9.077.663,42	
Pessoal Inativo e Pensionistas	830.313,35	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.499.982,99	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	1.495.448,66	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.004.534,33	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.407.993,78	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		7.407.993,78
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		10.426.349.999,11
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,0710
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,0817%		8.518.327,94
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0776%		8.090.847,59

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II da Lei 4.320/64

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA
Procuradora Chefe

FERNANDO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS
Diretor Administrativo/Financeiro

MARCELO MENEZES CHAVES
Contador CRC 12365

RONALDO JENNINGS PEREIRA FILHO
Controle Interno

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (C) = (a)-(b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			
Recursos Ordinarios	9.651.086,93	69.162,68	9.581.924,25
Recursos Prov. Fundo Financ. Prev. Est.			
Receita Patrimonial - Outros Poderes			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)			
TOTAL (III) = (I + II)	9.651.086,93	69.162,68	9.581.924,25
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹			

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA
Procuradora Chefe

FERNANDO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS
Diretor Administrativo/Financeiro

MARCELO MENEZES CHAVES
Contador CRC 12365

RONALDO JENNINGS PEREIRA FILHO
Controle Interno